



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

### AUDIÊNCIA DE ALBERTO YOUSSEF

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Alberto Youssef, a Justiça Eleitoral agradece a sua presença hoje aqui – pela segunda vez, não é?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): É.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor já realizou um depoimento antes. Eu, pela lei, tenho que fazer novamente o compromisso do senhor. O senhor sabe que essa é uma ação de investigação judicial eleitoral, que tem como representantes o PSDB – a Coligação Muda Brasil – e como representados a ex-Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Michel Temer. O senhor tem algum vínculo de amizade, inimizade, parentesco ou qualquer relacionamento com os representados que afete o seu depoimento hoje, aqui?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não, senhor.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Algum interesse pessoal nessa causa?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Também não, senhor.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, nos termos da lei, eu compromiso o senhor a dizer a verdade, sob pena de crime de falso testemunho, está ok?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Está ok.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Youssef, o senhor já prestou um depoimento antes e faço a pergunta já para a gente



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

contextualizar. Em relação a fatos, né, enfim, propinas que eventualmente tenham sido desviadas de contrato envolvendo Petrobras ou qualquer pessoa jurídica de Direito Público, qualquer empresa pública com empreiteiras, enfim, qualquer pessoa privada, que tenham sido destinados, que o senhor tenha operado, que o senhor tenha participado, que tenham destinados à campanha eleitoral de 2014. O senhor tem conhecimento de algum fato envolvendo essas propinas para a campanha de 2014?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Pra campanha de 2014 é... na verdade, a Operação Lava Jato começou em 17 de março de 2014. Foi quando eu fui detido, é... 2013, e de lá pra cá continuei detido, então eu não participei das eleições de 2014.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Está certo. Ainda numa fase de contextualização, basicamente, nesse período final da atuação do senhor em contratos com a Petrobras e operando, enfim, a partidos políticos, a empreiteiras, quais foram... a situação imediatamente anterior à deflagração da Operação Lava Jato, qual que era o contexto que o senhor estava desenvolvendo nesses contratos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Bom. Na verdade, eu operava pro Partido Progressista... é... no primeiro momento, com o Deputado José Janene, que era o líder e quem tinha indicado o Paulo Roberto para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras. No segundo momento, é... o Doutor José Janene, ex-deputado já, adoeceu e aí eu fiquei fazendo essa interlocução do partido com o Paulo Roberto e também operando parte desses valores que iam para o partido.

É... o que eu posso lhe dizer é que o seguinte: normalmente, é... e é o que vinha acontecendo até onde eu participei, é que cargos eram dados a determinados partidos, pra determinados líderes, pra que, através desses cargos,



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

é... se pudesse gerar recurso pras campanhas políticas, inclusive, acredito eu, também com campanha da presidência da República. É... e era assim que era feito. E esses recursos vinham como? Vinham dos empresários através de contratos fictícios ou mesmo através de Caixa Dois.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): É... já aproveitando a sistemática de pagamento, então o senhor citou Caixa Dois e, eventualmente, contratos fictícios. Também doações eleitorais formais era um mecanismo que era utilizado para esses pagamentos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Em época de campanha, enfim, a que mais era utilizada, era a oficial. Só que, como todos sabem, as empresas têm um limite para doar oficialmente. Então, quando se virava esse limite, aí sim se usava o Caixa Dois e os contratos.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E esse, né, porque doação eleitoral é algo formalizado, tinha que ter algum tipo de encontro de contas pra até se dar por quitada a obrigação de pagamento da propina, do percentual a ser pago. Como é que esse encontro de contas era feito, existia algum tipo de contabilidade separada? Quem que fazia esse controle? Quem que era o responsável por esse controle?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Bom. É... pelo Partido Progressista e diretamente com o Paulo Roberto, quem fazia esse controle era tanto eu quanto o Paulo... é... depois que o Senhor José adoeceu e veio a falecer. Nos outros partidos, já que cada um dos seus partidos tinha seu tesoureiro ou seu operador como o Partido Progressista tinha. Então, nós separávamos o que podia ser oficial e o que não podia ser oficial e aí a gente trabalhava na maneira de Caixa Dois.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o senhor disse que no primeiro momento, operava pro PP, né? Isso, até qual período da sua atuação?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu operei pro PP até a diretoria... até o Doutor Paulo Roberto Costa sair da Diretoria de Abastecimento. Após isso, ficou alguns recebimentos remanescentes de contratos anteriores que já tinham sido feitos. E aí eu continuei recebendo esses contratos até 2014, praticamente.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Esses contratos, o senhor consegue especificar quais eram?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, normalmente era contratos na Área de Abastecimento da Petrobras. Como não só eu operava estes contratos – porque, na verdade, o Paulo Roberto fez uma divisão lá dentro que acabou atendendo o PMDB, atendendo o próprio PT –, então tinha outro operador também. Algumas empresas, eu cuidava. Então, contratos com algumas empresas e algumas obras eu tenho como identificar. Outros não, porque não era eu que tomava conta.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor pode citar alguns e as empresas também?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu cuidei dos contratos da Camargo Corrêa, tanto no RNEST quanto na Repar, na Regap.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Poderia dizer o que essas siglas significam?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Repar é a refinaria de Curitiba, aqui de Araucária. O RNEST é a refinaria de Pernambuco.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Seria a Abreu e Lima.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): ...e Lima. E a Regap, se não me engano, é a refinaria de São José dos Campos.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E as empresas?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Esses contratos que eu disse são referentes à Camargo Corrêa. Só à Camargo Corrêa.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Só à Camargo?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): É.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E esses contratos...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Depois UTC, foi o contrato do Comperj, o contrato das utilidades né, que foi Comperj, é... o contrato da refinaria aqui de Araucária e o contrato da refinaria do Rio Grande do Sul. Isso foi UTC. É... Tomé, foi Refinaria de Cubatão e refinaria da Bahia. É... Mendes Júnior, foi aqui em Paulínia e também em Araucária. É... OAS, foi tanto na refinaria aqui da Repar, que já não é... nesse período foi o Senhor José que tratou, mas eu fiz alguns recebimentos, salvo engano. E depois a refinaria do RNEST, que é a refinaria de Pernambuco. Tem outras. A gente pode aí...

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Não, tá ótimo. Esses contratos com essas empresas, o recebimento o senhor acabou de dizer que foi feito até 2014, então o senhor...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Alguns.



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...ao longo do período, o senhor fez recebimento desses contratos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o senhor operava, nessa época, pro PP – é isso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Pro PP.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Pro PP, mas não significa...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Dois mil e quatorze que eu digo, na verdade, é 2013, né, porque eu vim preso em 2013. Até março de 2013. Quando iniciou a Lava Jato.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, já aproveitando isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas 2014...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Março de 2014. Então realmente 2014.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então 2014. Então até um pouco antes do senhor... ocorrer a prisão, o senhor...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...estava fazendo o recebimento dessas obras?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, pergunto em cima disso. Primeiro, essas obras, embora o senhor fizesse



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

recebimento em nome do PP, operando pro PP, também o Paulo Roberto Costa destinava valores dessas obras pra outros partidos ou...?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): É, a partir do momento em que ele saiu da diretoria, ficou alguns recebimentos remanescentes que aí esses valores foram... é... mandados diretamente ao Paulo Roberto. O partido não participou disso.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Após...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Após a saída dele da diretoria.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o Paulo faria o destino pra os partidos, ele intermediaria, seria isso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Acredito que não.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Ficaria com ele?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas, originariamente, antes da saída dele, era um valor que ele recebia e repassava?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Na verdade, ele não recebia e repassava. Na verdade, o que tinha pra receber, ele destinava. Olha, esse vai pro partido e isso vem pra mim. Era assim que funcionava quando ele estava sentado na diretoria. Não necessariamente eu mandava o dinheiro pra ele pra ele distribuir. Isso ele não fazia. Até onde eu sei.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Daí o senhor sabe dizer, por parte do PT, quem que fazia recebimentos e cobranças?



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, normalmente, se ouvia dizer muito que era o Vaccari, na época que o Vaccari foi tesoureiro. Anteriormente não sei te dizer, posteriormente também não sei te dizer.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas o senhor, pessoalmente, nunca participou de recebimento pro PT ou pro PMDB?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu fiz um único recebimento pro PT, que foi da parte da Toshiba, que aí eu entreguei diretamente ou a pessoa ligada ao Vaccari ou ao... e nunca entreguei nada diretamente a ele.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): A Toshiba, empresa japonesa?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Japonesa.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Quem que era o seu contato lá?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): O meu contato na Toshiba era o presidente e o diretor. Eu já prestei esse depoimento...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Chegou a se reunir com o presidente e com esse diretor?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Lembra os nomes? Não?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu já dei esse depoimento e eu disse os nomes. Neste momento, agora, não está me vindo na memória. Mas eu vou fazer aqui uma forcinha para ver se eu consigo lembrar os nomes.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Eram brasileiros ou eram japoneses?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Brasileiros.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Brasileiros. Mas representavam a Toshiba?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Representavam a Toshiba.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): É... Senhor Youssef, continuando aqui em relação a esses contratos que perduraram até o ano de 2014. Mesmo com saída do Paulo Roberto, o senhor estava fazendo o recebimento diretamente com quem? O senhor fazia o recebimento com as próprias empreiteiras? Como é que estava a sua atuação após a saída do Paulo Roberto Costa?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu fazia os recebimentos diretamente com a própria empreiteira.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Com as próprias empresas?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Com pessoas que dirigiam as empresas.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Hum-hum. E o senhor sabe se a sistemática foi adotada também pelos outros? Porque, com a saída do Paulo Roberto Costa, havia ainda algum interlocutor dentro da Petrobras que fizesse a mesma atuação que ele estava fazendo, ou seja, fazendo essa destinação do que é da Casa, do que é destinado a partido político, ou isso acabou se alterando?



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Bom, eu fiquei de fora, e aí eu não posso te dizer se outros diretores assumiram esse papel ou se teve alguém que continuou agindo da mesma maneira que a diretoria anterior agia. Posso te dizer que eu continuei fazendo Caixa Dois para algumas dessas empresas que me contrataram – que é tanto a UTC quanto a OAS – e continuei distribuindo valores pelo Brasil a pedido dessas empresas. Não necessariamente ficava sabendo quem era o recebedor desses valores, mas isso continuou acontecendo. Não sei necessariamente se era por conta de obra da Petrobras, se era por conta de outras obras, mas isso acontecia.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Agora, uma coisa que o senhor falou e me deixou curioso foi o seguinte: então as empresas que estavam procurando o senhor para que fosse feito Caixa Dois para manter uma sistemática de pagamento em cima de contratos ou o senhor continuou ainda com a obrigação por parte do partido, enfim, para quem que o senhor estava atuando?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não, nada a ver partido. É... além desse trabalho que eu fazia pro partido, eu também fazia esse trabalho pras empresas.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Certo.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): E eu con... acabou o partido e eu continuei fazendo esse trabalho pras empresas.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas as empresas sabiam que já não estavam mais colaborando com os partidos? Sabiam disso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sabiam, porque...



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E, ainda assim, honravam o compromisso com já não o diretor, mas com o ex-diretor?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Exatamente. Eu tô dizendo isso na parte dos contratos que eu cuidava.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Claro.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Extra a parte dos contratos que eu cuidava, as empresas também me contratavam pra prestar serviço a elas, pra que eu levasse valores em determinados estados e cidades pra que eles pudessem cumprir seus compromissos na questão Caixa Dois, na questão...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): É, mas eu me refiro especificamente ao Senhor Paulo Roberto. No momento que ele deixou a diretoria, como o senhor afirmou há pouco.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Ele continuou recebendo.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): O senhor continuou a fazer pagamentos. A minha pergunta é: as empresas sabiam que esses valores agora, na sua integralidade, ficavam com o seu Paulo Roberto e não iam pros partidos políticos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sabiam.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sabiam?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sabiam.



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sabiam? Um, que ele não era, obviamente, mais diretor; e segundo, que esses valores eram para benefício exclusivo do Senhor Paulo Roberto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): O que demonstra um código de ética – não a ética que nós praticamos – muito forte.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: As empresas sempre honraram com seus compromissos.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Agora, explorando um pouquinho essa questão desses recebimentos, nesse período de 2014, 2013, desses contratos que o senhor fez por pedido das próprias empresas.

O senhor acabou de dizer que o senhor não sabia, muitas vezes, para quem que era destinado aquilo. Então, havia, como sistemática, por exemplo, o pagamento de faturas, serviços de gráficas, de pagamentos de serviço em geral que deveria ser pago, mesmo o senhor não sabendo pra onde, em razão do que aquele contrato existia?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim, acontecia. É... vou dar um dado, porque já prestei esse esclarecimento à justiça criminal: a própria UTC tinha uma dívida com o Partido Trabalhista...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): O PTB?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Com o PT.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Ah, o PT, o Partido dos Trabalhadores.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): A UTC Engenharia tinha uma dívida com o Partido Trabalhista...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Não, com o PT.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): ... com o Partido dos Trabalhadores, que é o PT, e, como eu fazia o Caixa Dois da empresa, a empresa direcionou que eu acertasse o valor com uma pessoa de uma gráfica em São Paulo. E assim foi feito.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor lembra o ano disso e o nome da pessoa?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Acho que foi entre 2012 e 2013... o nome é... Chicão.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E era uma gráfica. O senhor sabe dizer se esses contratos são contratos verdadeiros, no sentido de que esse serviço foi efetivamente prestado, ou foi um contrato fictício?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Pelo contato que eu tive com a pessoa da gráfica, realmente ele prestou o serviço, e esses pagamentos estavam atrasados e tudo mais e através da UTC eles foram colocados em dia.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o senhor ficou sabendo que essa era uma fatura do PT de que forma?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Primeiro, que o diretor financeiro da UTC me passou que era uma fatura do PT; e segundo, que o



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

dono da gráfica, o prestador de serviço, também me disse que havia prestado serviço ao PT.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Hum-hum. Até aproveitando que o senhor está depondo depois do Senador Delcídio... em algum momento ele comentou que, após o Mensalão, o PT perdeu muita força e o PMDB passou a ganhar força dentro da Petrobras nesses contratos.

O senhor confirmaria essa informação, e se há algum dado, alguma base pra dizer que isso foi verdadeiro?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu entendo que o PP, naquele momento, não precisava de apoio nenhum do PMDB para manter a cadeira do Paulo Roberto. Mas o Paulo Roberto, acreditando que o PP pudesse estar tão enfraquecido, o próprio Paulo Roberto procurou o PMDB para que tivesse o apoio.

O Partido Progressista nunca ficou muito feliz com essa situação. Havia muita discordância com referência a esse assunto, porque o PP entendia que a cadeira do Paulo Roberto tinha que ser só do Partido Progressista e não teria que dividir com o PMDB. E eu acredito até que o PMDB não tenha feito força nenhuma pra que o Paulo Roberto ficasse ali. Foi mais assim uma questão de apoio moral. É mais ou menos como funciona a política.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas, efetivamente, o PMDB entra na divisão do Paulo... que o Paulo Roberto Costa realizava a partir desse momento? A partir da...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): É. Assim o Paulo Roberto nos passava. Tanto é que operações com o PMDB não eram eu que fazia, os contratos que eram dirigidos ao PMDB quem tratava desse assunto era o Fernando Soares – o Baiano – e não eu.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

Então, se Vossa Excelência me perguntar se você fez algum pagamento a pedido do Paulo pro PMDB, eu vou dizer que eu fiz um, que foi um pagamento oficial pro Valdir Raupp, que ele me pediu na campanha de 2010. Fora isso, é... não.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tudo feito pelo Fernando?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Tudo feito pelo Fernando.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E essa entrada forte do PMDB na divisão, o senhor sabe precisar mais ou menos em que ano, em que período foi?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, nessa época quem cuidava desses assuntos, eu só fazia recebimentos, era o Deputado José Janene que, na época, já também acredito que não era mais, porque tinha acontecido a questão do Mensalão, e ele foi absolvido no Plenário, mas ele não foi mais candidato, mas mesmo assim continuou cuidando desses assuntos pro partido.

Eu lembro que o Paulo Roberto voltou duma viagem da Índia e aí adoeceu, acabou ficando internado, passou um tempo na UTI e tal. E aí eu lembro que o secretário executivo dele era o Alan Kardec e aí o Alan Kardec se lançou candidato a diretor e aí, acredito eu, com o apoio do PMDB, mas isso acabou não acontecendo, o Paulo Roberto se recuperou. E aí o próprio Paulo Roberto, acreditou eu, que tenha procurado o PMDB ou através do Fernando ou...

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas o senhor acha que isso aí em meados do quê? 2009? 2010?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Acredito que foi isso em... 2006. 2006, 2007.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Youssef, o senhor teria condições de afirmar que esses contratos, que o senhor me relatou, que o senhor ainda teve recebimentos pela RNEST, pela Repar, Comperj... esses valores houve participação também... nessa participação, que foi uma divisão anterior, imagino, tá... havia participação, além da parte que o senhor operava pro PP, havia participação de PMDB e PT nesses contratos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim, porque os contratos continuaram. As obras, elas começaram, mas elas não terminaram. Então havia recebimentos pra ser feitos ainda pra companhia, as obras teriam que ser entregues. Então, as empresas continuaram honrando seus contratos, mesmo após os diretores terem saído do cargo.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor acredita que isso acabou com a Operação Lava Jato, com a deflagração?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor tem algum... o senhor tem essa crença por algum... Por quê? Por que o senhor acredita nisso, que não acabou a deflagração?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu acredito que não acabou porque... primeiro, porque os partidos são totalmente dependentes de valores para fazer campanha; segundo, a maioria dos empresários que prestam serviços pro governo dependem desses políticos para poder manterem os seus contratos.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

Então, não é a Operação Lava Jato que vai acabar com esse assunto. Pode dificultar, pode diminuir, mas não vai acabar.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tem só um episódio que eu queria explorar um pouquinho para ver se isso acaba impactando em nosso caso aqui. Aliás, dois, tem uma série de depoimentos na sua colaboração e talvez alguma aqui tenha interesse.

O senhor prestou depoimento sobre o conhecimento do caso, em que nos é interessante, da Presidente Dilma e do ex-Ministro Antônio Palocci sobre essa proveniência, né, essa procedência de recursos desses contratos, alimentando campanhas. O senhor tem algum fato, algum elemento objetivo que o senhor consiga trazer para afirmar esse conhecimento?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Na verdade, o que que acontecia?

Muitas vezes, quando gerava um impasse de diretor – quando eu falo diretor, Diretor Paulo Roberto Costa – e o partido, os líderes do partido... e eu participando dessa reunião, normalmente o Paulo Roberto pedia “olha, eu preciso dum sinal do Palácio do Planalto, senão eu não vou cumprir isso, eu não vou fazer isso. Então, vocês têm que se resolverem, né?”

E, logicamente, que aí esses líderes, no caso, na época, Mário Negromonte, o próprio Pizzolatti, Nelson Meurer dizia “olha, eu falei com o Gilberto Carvalho”; “olha, eu falei com... é...” o próprio Mário Negromonte “olha viajei com a Dilma, fui pra... com ela” – não sei, acho que em Curitiba mesmo fazer um lançamento do metrô, aqui, na época, quando ele era Ministro das Cidades – “fui no avião com ela, conversei, tá tudo certo, tá tudo ok”.

Então, é esse tipo de coisa que acontecia. Eu ficava sabendo através dos líderes do partido e do Paulo Roberto Costa, que pedia pra que tivesse



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

um sinal, pra que ele resolvesse os assuntos, mas que ele tivesse o respaldo de que realmente ele tava resolvendo pra quem de direito. E isso é o que acontecia. Então, eu sei desses acontecimentos por conta dessas situações que ocorriam.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Há um episódio que envolve inclusive a CPI da Petrobras, envolvendo o Senhor Júlio Camargo e uma eventual participação do Deputado Eduardo Cunha, que consta aqui também do seu depoimento.

O senhor poderia esclarecer como é que foi... se houve efetivamente o pagamento por parte do Senhor Júlio Camargo ao Senhor Eduardo Cunha?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Bom. Eu me lembro que, nessa época desses acontecimentos, o Júlio me chamou, dizendo que o... ele tinha uma dívida com o Fernando por conta de aluguéis de sondas e que o Eduardo Cunha – que era quem teria que receber esses recursos –, a Samsung teria parado de pagar ele por conta de alguma divergência de contrato, e que ele deixou de remunerar o Fernando e que, por conta disso, o Eduardo Cunha teria feito requerimento, através de outros deputados... é... pedindo informações do próprio Júlio Camargo, da Mitsui e da Toyo, enfim, das empresas que ele representava.

E aí ele me pediu ajuda pra que eu resolvesse esse assunto e pra que o Eduardo Cunha retirasse esse... esse... esses requerimentos. E eu fui falar com... com... o Fernando e aí o Fernando... é... dizia o seguinte: “Olha, ninguém mais acredita no Júlio, porque o... o... tudo que o Júlio fala, ele não cumpre. É... a gente precisa de uma garantia aqui que realmente esses valores vão voltar e vão se retornar e tal. Para que esse assunto fosse retomado e esse requerimento fosse retirado.”

E aí foi onde eu disse para o Fernando:



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

– Confia em mim? Se você confiar em mim, eu estou lhe garantindo que você vai voltar a receber.

E, aí, o Fernando falou:

– Então tá bom. Eu vou conversar com o Eduardo Cunha e volto e te dou um retorno.

E aí voltou e disse a mim:

– Olha, fica tranquilo. Nós vamos retirar e tal. Mas eu preciso fazer uma reunião com o Júlio. Quero entender tudo isso, como é que vai funcionar e tudo mais.

E assim o Júlio se encarregou de se encontrar com o próprio Fernando e acertar todos esses valores. E eu fiquei responsável em fazer parte desses pagamentos, aonde eu fiz ao próprio Fernando.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Fez diretamente para o Fernando?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Diretamente ao Fernando.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E os valores para o Cunha foram pagos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Aí, o Fernando é que tem de dizer. Porque eu não tive com o Eduardo Cunha e não fiz nenhum repasse diretamente a ele.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá... E, pelo que o senhor sabe, ou pelo que o Fernando disse, esses valores eram uma cobrança pessoal do Cunha, ou era algo do PMDB? Do partido político?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu entendia que era do PMDB, porque até então o Diretor Paulo Roberto me dizia que o Fernando era o operador do PMDB. E o Fernando também nunca negou isso. Ele nunca disse “olha, eu sou o operador do PMDB”, mas ele também nunca disse “olha, eu não sou operador do PMDB, eu estou fazendo isso por mim e pelo Paulo, não estou fazendo isso para o partido, para o PMDB.”

Então, ele deixava que essa bandeira ficasse nele. Então, eu acho que, para que ele deixasse que essa bandeira ficasse nele, ele tinha que ter algum respaldo. Porque eu jamais faria isso: embandeirar ser operador do Partido Progressista e não ser, né?

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): O último ponto em relação ao... pelo menos no que nos interessa – obviamente, há muita informação, mas que fica pro um período anterior – e o nosso interesse é, realmente, o que impacta já próximo a 2014, em relação a essa ligação do Júlio Camargo com o PT, quem operava isso – também consta em alguns dos seus depoimentos... O senhor poderia trazer detalhes sobre essa participação do Júlio em relação ao PT?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, até onde eu sei, o Júlio era muito ligado ao Zé Dirceu, ligado ao Palocci. É... e sei que conversava muito com o Vaccari.

Alguns recebimentos que o PT teve da Camargo Corrêa, isso foi feito através do Júlio. E eu fazia algumas coisas de Caixa Dois com o Júlio. Então, por exemplo, ele precisava trazer dinheiro... recurso do exterior para cá, quem trazia, através de Caixa Dois, era eu que fazia isso.

Então, eu entregava esses valores para o Júlio, ou no escritório dele no Rio, ou de São Paulo. E às vezes ele dizia que isso era repasse pro PT; e às vezes não. Então, não necessariamente...



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o senhor nunca chegou a encontrar pessoalmente com o João Vaccari?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Eu encontrava com o Vaccari, normalmente em restaurante. A gente se cumprimentava e tudo mais. Uma vez ele teve no meu escritório para falar comigo, eu não sei o que ele queria. Mas acabou tendo um desencontro e eu acabei não conversando com ele.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas ele sabia que o senhor era o operador da parte do PP?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sabia.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Que o senhor...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sabia.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Ministro.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Senhor Youssef, o senhor passou a operar esses valores de percentuais ilícitos nos contratos públicos apenas no governo do PT, ou antes?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Na verdade, eu operava... é... alguns valores... sempre operei para o Deputado José Janene desde a época que era Governo Fernando Henrique. É que na época ele não tinha diretoria da Petrobras, tinha outras diretorias, tinha outra secretaria.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sim. Mas esses valores vinham de outros órgãos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): De outros órgãos.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Quais? O senhor se recorda?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, o Partido Progressista chegou a ter Conab, Ministério da Agricultura, Anvisa, cargo no Ministério da Saúde. O Partido Progressista teve vários cargos, sempre foi governo, então, sempre tinha cargos.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E, especificamente, com contribuições, o senhor poderia indicar quais que o senhor se recorda que houve contribuições ilícitas?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu lembro que, na época, o que eu fazia era recolher muitos valores do deputado e mandar para Brasília, ou para alguns estados que ele mandava que eu entregasse.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas ele já.... ou seja, o senhor recolhia dele, o senhor não recolhia das pessoas que...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Nessa...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): ...estavam nos órgãos públicos.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): ...nessa época, não. Nessa época, não. Nessa época, eu recolhia diretamente da mão dele. Esses recursos que já tinham chego na mão dele. E, aí, na questão de transporte e tudo mais, ele me utilizava. Até porque, nessa época, eu não tinha nem tempo de fazer esse tipo de operação, porque, na época, eu operava no mercado de dólar, e operava como a pessoa que dava cobertura para o mercado. E operava US\$ 40



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

milhões a US\$ 50 milhões por dia e não tinha condição nenhuma de ficar gerenciando esse tipo de situação.

Porque, na verdade, o que eu fazia era operar, realmente, o mercado *black* de dólar. E, aí, como eu tinha distribuição de valores no Brasil todo, então, muitas vezes, ele me utilizava, tanto para recolhimento como para fazer entrega.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas os valores eram elevados?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): É... tanto quanto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Tanto quanto.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sim. Ou seja, embora a Petrobras, com a diretoria do Senhor Paulo Roberto, tenha ganhado esse destaque todo nas investigações, mas também na própria imprensa, mas há todo um fenômeno muito parecido – inclusive nos valores – anterior ao governo do Partido dos Trabalhadores, associado ao PP?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Também. Nessa época, eu tratava sempre diretamente com o deputado e...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas os valores eram tão elevados quanto...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Tão quanto.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): ...quanto... é... no período do relacionamento direto com o Senhor Paulo Roberto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E na sua visão, o que alterou, então, não foram nem o *modus operandi*, nem os valores, mas apenas o local de onde vinha? Não é isso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Em vez de vir de outros órgãos públicos...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): De outros órgãos... vinha da...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): ...vinha especificamente da Petrobras. De uma diretoria específica da Petrobras.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Nesse período anterior à Petrobras, o senhor acredita que havia, também na própria Petrobras, ouviu falar que existia na Petrobras um *modus operandi* similar àquele que o senhor, a partir do Senhor Paulo Roberto, passou a operar?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, tanto ouvia se dizer que tinha, que o partido queria a diretoria. Justamente para poder ter contratos, para poder ter recursos para fazer campanha, para fazer política.



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Eu posso concluir, então, que a corrupção na Petrobras, primeiro, não era apenas na Petrobras – parece que em outros órgãos públicos também; segundo, que não foi uma invenção do Partido dos Trabalhadores? É isso? Essas duas conclusões...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Na minha maneira de enxergar, sim. É correto.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Doutor Alckmin.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): José Eduardo Alckmin, da Coligação Muda Brasil. Cumprimento a testemunha. E eu fiquei com algumas dúvidas sobre este tema por último referido.

Foi dito que os valores, diferentemente do que ocorre no período pós PT, na época anterior, eram valores recebidos diretamente das mãos do Deputado José Janene. Isso é correto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim, senhor.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Certo. E esse valor correspondia a um percentual sobre as obras, que eram pagas pela Petrobras?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Eu não disse... o Partido Progressista, anteriormente, não tinha nenhum cargo na diretoria da Petrobras. Ele tinha outros cargos. E, conseqüentemente, vinha desses outros cargos que o partido detinha.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Perfeito. Esses outros valores também eram percentuais sobre o valor do contrato, ou não?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Eu não posso... eu não posso lhe dizer como funcionava, porque eu recebia esses valores diretamente da mão do deputado e não diretamente do empresário.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Certo. Quando o senhor diz: tão elevados, teria condições de dizer, mais ou menos os valores que eram repassados e, principalmente, se seria para partidos outros – que não o PP – que eram creditados ao Deputado José Janene?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Até onde eu sei, na época, o deputado pedia que eu mandasse o dinheiro – os valores – para Brasília, que ele ia repartir com seus pares. Agora, se tinha outros deputados e outras filias, aí eu já não posso lhe afirmar.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Permita-me insistir no esclarecimento. O deputado lhe entregava esse dinheiro fora de Brasília, para ser transportado para Brasília? Seria isso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Qual o Estado em que ele lhe entregava esse dinheiro?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Às vezes no Paraná, às vezes no Rio Grande do Sul, às vezes em São Paulo. Às vezes no Rio de Janeiro...



---

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

---

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): E aí o seu papel era unicamente esse o de oferecer o transporte?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Diferente do que aconteceu depois...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Isso. Totalmente diferente.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Eu estou satisfeito e agradeço à testemunha pelo esclarecimento. Obrigado.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): De nada.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Pela ordem. Indago a Vossa Excelência e aos advogados da defesa se, em razão do meu horário de voo, se incomodariam em inverter a ordem das perguntas e eu formulasse as perguntas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Claro.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Obrigado. Senhor Youssef, Nicolao Dino, pela Procuradoria-Geral Eleitoral. Duas perguntas. O senhor mencionou uma tratativa com o representante da empresa Toshiba, da qual teria resultado o recebimento de valores, de propina, seria isso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): O valor, o senhor se recorda?



**Tribunal Superior Eleitoral  
SECRETARIA JUDICIÁRIA**



**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 1943-58.2014.6.00.0000**

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, procedi ao encerramento do 15º volume, à fl. 4504.

Eu, \_\_\_\_\_, da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição - CPADI, lavrei o presente termo.

*Antônio Rodrigues Paiva*  
Aux. de Microinformática  
Seprom/CPADI/SJD



**Tribunal Superior Eleitoral  
SECRETARIA JUDICIÁRIA**



**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 1943-58.2014.6.00.0000**

**TERMO DE ABERTURA**

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, procedi à abertura do 16º volume, à fl. 4505.

Eu, \_\_\_\_\_, da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição - CPADI, lavrei o presente termo.

*Antônio Rodrigues Paiva*  
Aux. de Microinformática  
Seprom/CPADI/SJD



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

15: 004506  
CPADI/SJD



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Me recordo.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral):

Quanto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Foi mais ou menos quatrocentos e poucos mil reais. Foram em duas parcelas. O total deve ter dado um milhão e pouquinho. Descontados os impostos, deve ter dado uns novecentos mil reais mais ou menos, no total.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): E foi destinado a quem?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Foi destinado... parte foi retirada no meu escritório através da cunhada do Vaccari.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Perdão.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Da cunhada do Vaccari. E parte meu funcionário teria que entregar esse valor num restaurante, mas aí, como ele foi com a pessoa da Toshiba junto, no meio do caminho mudaram, e acabou deixando essa pessoa na porta do diretório do partido, em São Paulo.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Parte que foi referida à cunhada do Senhor Vaccari, isso autoriza concluir que o senhor teve um contato antes, então, com o Senhor Vaccari pra dizer a quem seria pago esse valor?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não, tive contato só com a empresa, e a empresa direcionou o endereço onde iria retirar os valores. Talvez ele nem soubesse que era eu que tava gerindo esses valores.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): O senhor sabia da destinação desse dinheiro?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu soube da destinação que era para... é... o partido... para o Vaccari. Agora...

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Qual o partido?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Agora qual o destino o Vaccari deu desse valor...

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Qual o partido?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): O Partido dos Trabalhadores.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): O senhor mencionou também um acordo ou um acerto com gráfica por volta de 2012, 2013, mencionou o nome do Senhor Chicão.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Qual gráfica? O nome da gráfica, o senhor sabe?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu não me recordo o nome da gráfica – até porque já faz um bom tempo –, mas ele teve várias vezes no meu escritório. Eu fiz um depoimento, inclusive há uma semana atrás, e identifiquei o Chicão por foto, e a polícia já o localizou, já localizou a gráfica e...

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): O Chicão já está localizado então? O senhor sabe o nome dele exatamente?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): É Francisco alguma coisa. Eu não me lembro, mas... já foi identificado.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Ok. Satisfeito, Excelência. Muito obrigado pela deferência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Boa viagem.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Nicolao, obrigado.

Boa viagem.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Obrigado. Eu tenho que ir. Tenho sessão hoje à noite no TSE.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Flávio. Doutor Gustavo primeiro.

(inaudível)

Melhor vir pra cá?

Acho que estão os microfones bons aqui, viu?

(inaudível)

É, acho que...

Se o senhor puder...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Flávio Caetano, advogado de Dilma Rousseff.

Senhor Youssef, queria, em primeiro lugar, saber da sua situação processual, em relação à Operação Lava Jato, se o senhor é denunciado, se é



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

CRAL  
Fls.: 014509  
CPAL...



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

condenado, em primeira instância, ou se já tem condenação definitiva, se (ininteligível) ou se o senhor já está perto de (ininteligível)...

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu fiz um acordo com a Justiça. Eu fui condenado e, a partir do momento que você faz o acordo, você perde direito de recurso e aí você passa a colaborar com a Justiça. Então, eu já estou condenado e provavelmente isso já esteja transitado em julgado.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor sabe qual a pena que foi aplicada e quais são os crimes?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, foram aplicadas várias penas... é... e vários crimes: lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção passiva, corrupção ativa, enfim... é isso.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O montante das penas o senhor não sabe?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sei, sei... até o momento acho que está em 130 anos, mas parte está suspensa.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E ainda há processos?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim, para cada inquérito existe um processo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor não sabe o número de quantos processos são?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Em relação à campanha presidencial de 2014 – só queria mais uma vez esclarecer –, o senhor não participou de absolutamente nada?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Nada.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Agora, em relação aos fatos que foram ditos aqui, perguntados pelo ilustre Procurador-Geral Eleitoral, foram dois fatos: um em relação à Toshiba e outro em relação a uma gráfica.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Em relação à Toshiba, qual era o contrato, o senhor sabe?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sei. Era um contrato no Comperj, no valor de cento e poucos milhões, onde foi cobrado 1%, e a Toshiba pagou.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor se recorda a data disso?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, foi feito em duas etapas, mas eu me recordo que isso deve ter acontecido no ano de 2012.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor tinha com... por que o senhor foi procurado? Quem lhe procurou?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): A própria Toshiba.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor tinha contato com quem na Toshiba?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu tinha contato tanto com o presidente quanto com o diretor que cuidava dessa área.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor sabe os nomes?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, eu informei os nomes. Neste momento, não está me vindo na memória.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E por que a Toshiba lhe procurou? O senhor tinha outros contratos ou outros serviços prestados à Toshiba?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Eu fiz o recebimento de parte desses valores também pro Partido Progressista, até porque eu era o operador do Partido Progressista, e eu tratei desse assunto diretamente com o Paulo Roberto. Então, como ele tinha que me pagar, ele pediu para que fizesse um valor a mais, se eu podia fazer esse pagamento... porque ele tinha que pagar o Vaccari no caso.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Então, em relação a esse contrato Comperj, houve um pagamento ao PP também – Partido Progressista?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E nessa época... nesse... o senhor se refere ao Vaccari ou ao PT? Foi dito PT ou foi dito apenas Vaccari?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não, foi dito PT e Vaccari.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): PT e Vaccari?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor pagou isso em dinheiro?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Foi feito em dinheiro.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Nenhum depósito em conta do partido?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Nenhum depósito em conta do partido.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Em relação à gráfica (ininteligível)... um contrato que envolve gráfica e UTC?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Na verdade, o que foi me passado pelo Diretor Financeiro da UTC é que a UTC teria uma dívida com o Partido dos Trabalhadores, e que ele combinou com o Vaccari de que ia fazer esse pagamento pra essa gráfica, e pediu que eu recebesse esse senhor dessa gráfica e que eu solucionasse esse pagamento. Eu, a pedido da UTC, pedido do Diretor Financeiro da UTC, eu recebi o Chicão, entendeu? É... e fiz o pagamento pro Chicão, como a empresa me pediu pra fazer.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Quem era esse Diretor da UTC?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Walmir Pinheiro.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Walmir Pinheiro. Isso aconteceu quando? O senhor se recorda?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, isso eu acredito que deva ter acontecido em 2013, porque foram serviços prestados anteriormente a esse valor – acho que como me passou esse senhor da gráfica, e que esses pagamentos estavam atrasados e que ele...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Esse serviço, ele chegou a se referir ou não?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Se não me engano, foi a campanha de prefeitos de 2012, os serviços prestados.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Campanha municipal, portanto, 2012?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim, sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Como que o senhor pagou? Houve um contrato seu com a gráfica?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Alguns valores eu fiz depósito na conta da gráfica e outros valores ele retirou no meu escritório em valores em reais.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Depósito foi em dinheiro, na conta da gráfica?

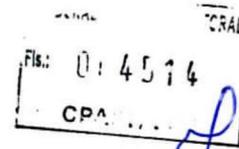
O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não, foi feito em transferências eletrônicas.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas de onde? Qual a origem?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): A origem foi... é... de valores que eu tinha na conta de pessoas que eu movimentava – no caso, MO Consultoria e empresas que o Leonardo detinha, o Leonardo Meirelles.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Assim, eram empresas que o senhor controlava ou que eram parceiras do senhor?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Empresas que eram parceiras minhas, não que eu controlava. Quem controlava a empresa era o dono da empresa.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Que era o Leonardo Meirelles?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Parte sim, parte não.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas que o senhor entregou em dinheiro diretamente ao Chicão?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E esse valor foi saldado?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Foi saldado.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Por último, o senhor chegou a se referir aqui em seu depoimento que o senhor tinha contatos diretos – posso estar enganado – mas com os dirigentes de algumas das empreiteiras – se não me falha a memória, o senhor falou Camargo Corrêa, UTC e OAS.

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

CRAL  
FIG: 014515  
CPA: ...



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Com quem da Camargo Corrêa o senhor se relacionava diretamente?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Com o Eduardo... o Eduardo Leite, que era um dos diretores, e com o próprio presidente na época, que era o Dalton.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Dalton?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Avancini.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E a relação do senhor com eles era pra quê?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Primeiro, pra fazer intermediação da empresa com a Diretoria de Abastecimento, do Paulo Roberto Costa, na Petrobras e também com o Partido Progressista.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor tinha relação com eles que fosse de outra natureza que não PP e Petrobras, com a Camargo Corrêa? O senhor prestava outros serviços que além desse...?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Também prestei serviços pra Camargo Corrêa na questão da venda de tubos pra obra que eles tinham na refinaria do RNEST, através da Sanko Sider.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): OAS, o senhor também tinha relação direta com algum dirigente?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Eu tive relação com o Agenor Ribeiro, na época era da Óleo e Gás da OAS. E, posteriormente, eu passei a



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

ter relação com o Zé Ricardo, que é com quem eu tratava os assuntos de valores que eu transportava pra empresa, que era o Caixa Dois.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Aí também apenas em relação aos contratos com a Petrobras ou também outros negócios que não seriam (ininteligível) com a Petrobras?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. É... Agenor só Petrobras, e Zé Ricardo só valores de Caixa Dois.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Por último, em relação à UTC, com quem que o senhor se relacionava diretamente?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Walmir Pinheiro... é... o próprio Ricardo Pessoa.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E a pergunta é a mesma, tá? Apenas Petrobras ou outros?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não. Tinham os assuntos Petrobras e tinham outros assuntos, que era Caixa Dois, que eu também tratava com eles.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor chegou a ser sócio do Senhor Ricardo Pessoa em algum empreendimento?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Qual era o empreendimento?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

Fls.: 014517  
CPA



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Tínhamos um hotel, aonde ele tinha cotas em Salvador, e também estávamos construindo um edifício comercial, aonde eu era parceiro da UTC também.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E de quem partiu a iniciativa da sociedade? Ele que lhe convidou ou o senhor que o convidou?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Olha, num primeiro momento, na questão do hotel em Salvador, eu nem sabia que ele tinha participação nesse hotel. Então, quando eu comprei a participação desse hotel, que aí eu vim saber que a UTC tinha participação lá também. E aí ele tinha um dos sócios, que era o João, que tratava desses assuntos imobiliários da empresa, e como nós passamos a nos relacionar por questão do hotel lá de Salvador, acabou surgindo a ideia de fazer um *big center* lá em Salvador, e aí foi aonde a UTC com a GFD Investimentos acabou adquirindo um terreno em Salvador e fazendo a construção desse edifício.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Pronto?

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Tava quase pronto quando aconteceu a Operação Lava Jato e aí, depois disso, eu não tive mais conhecimento do que...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Vocês ainda são sócios ou não?

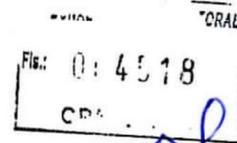
O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): Não.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Quando que foi desfeita a sociedade?



**SJD**  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**COARE**  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

11 DE OUTUBRO DE 2016

O SENHOR ALBERTO YOUSSEF (depoente): A partir do momento que a Justiça... é... pegou tudo que eu tinha por conta do acordo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Alguma pergunta, doutor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Sem perguntas.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, Senhor Alberto Youssef, agradecemos mais um depoimento para a Justiça Eleitoral. Muito obrigado, tá?

E, não havendo mais perguntas, declaro encerrada a oitiva.

Obrigado, Doutor Cleiton.

O DOUTOR CLEITON: Imagina.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Eu vou pedir só pra assinar o termo.